5. Conclusão

Concluir esta pesquisa sobre famílias em litígio implica realizar uma síntese das indagações que me levaram ao tema proposto. Pesquisar e trabalhar com famílias em processos litigiosos de separação e ruptura não é uma tarefa fácil. Seja pela complexidade do tema, ou a dificuldade de conciliar as duas atividades, todas movidas por intenso envolvimento e comprometidas com as melhores práticas do serviço social no campo em referência.

Assim sendo, não me proponho a tecer considerações definitivas, visto que o tema pesquisado, por natureza, não é dado a soluções conclusivas. O desafio a que me propus, ao iniciar a pesquisa, foi construir espaços de reflexão crítica, através do diálogo com a literatura existente, em âmbito nacional e internacional, e com os sujeitos da pesquisa.

A reconstrução histórica da inserção do Serviço Social no Judiciário, campo onde a pesquisa foi realizada serviu como base de sustentação teórica. Ao reconstruir o percurso histórico da profissão no campo jurídico foi possível por um lado, identificar o padrão corretivo que marcou esta interlocução e por outro, indicar a possibilidade de ruptura com tal padrão.

A história do Serviço Social no Judiciário, nesta perspectiva, é a história da implantação de um novo ordenamento nos padrões de disciplina que foram impostos à família e à criança. O alvo destas manobras de correção foram as crianças pobres, mais vulneráveis à intervenção do Estado. A legislação que ordena juridicamente a população infantil e juvenil reflete a preocupação relativa ao comportamento dos menores e conseqüente necessidade de discipliná-los.

Assim o Serviço Social, no Brasil, nasceu e se profissionalizou tendo como objeto de intervenção a criança e a família pobres. A associação entre criança e família, naquele contexto, foi ancorada na idéia da prevenção dos 'males sociais'. Os vícios que tornavam os pobres um risco à ordem social e ao progresso da nação precisavam ser enfrentados, visando a estancar o ciclo de sua reprodução.

A doutrina da situação irregular, que deu sustentação ao Código de Menores, reflete a influência do ideário higienista, onde a questão da prevenção adquiriu a dimensão de última novidade, no campo social. A idéia de prevenção foi um passo lógico para a intervenção direta do Estado na família, visando a evitar a reprodução da delinqüência. O Serviço Social, imbuído das atribuições que o Estado requer da nova profissão, adere ao credo higienista, colaborando na construção da ordem social.

Cabe salientar que os dados históricos aqui declinados estão longe de refletirem a posição do historiador, já que este detém a técnica e o arcabouço teórico da ciência da história. Ao contrário, esta é uma “história a marteladas”, como ousou dizer. Uma história escrita por quem a constrói no cotidiano e cuja afinidade impede a isenção, substituindo-a por uma postura a favor da história, com seus percalços e seus enganos.

A história esteve mais próxima, nesta pesquisa, da genealogia do serviço social no campo em exame. Isto se explicitou na preocupação em revelar os nomes das pessoas que fizeram a história, suas identidades e seus depoimentos. Ao assim fazer, ousou contar a minha história e situar o meu lugar em sua construção.

É sabido que o desenvolvimento de uma profissão, especialmente a do Serviço Social, está longe de ser linear. Ao contrário, está estreitamente relacionado às transformações que ocorrem na sociedade e às mudanças na legislação que acompanham tais transformações.

Assim sendo, a pesquisa permitiu identificar que a prática correcional, ao assentar as bases da profissão, engendrou a ruptura com os padrões corretivos, incorporando conhecimentos oriundos de outros campos do saber. Para além das mudanças no ordenamento jurídico, o Serviço Social incorporou e continua a incorporar novas formas de pensar as relações sociais, tornando-se uma profissão madura para enfrentar os desafios impostos pelas transformações sociais em curso no mundo contemporâneo.

Da psicanálise às ciências sociais, da economia política aos estudos relativos aos papéis de gênero, o Serviço Social construiu um modo particular de conceber a família no momento em que ela passa por enormes transformações. A profissão continua a

contribuir para compreender como a família se transforma para fazer face às transformações no mundo do trabalho, na participação massiva da mulher no mercado de trabalho, nas diferentes formas de conceber o cuidado e o afeto nas relações.

A questão da pobreza e seus rebatimentos na ordem social sempre estiveram na dianteira das preocupações do serviço social, forjando a identidade da profissão. Esta pesquisa tem a peculiaridade de dar voz a uma parcela da população que não é prioritária, no conjunto da população atendida pelos assistentes sociais, pois estes profissionais trabalham diretamente na execução das políticas públicas.

Mas é preciso lembrar que a dor da ruptura resultante de um casamento destruído torna as pessoas parecidas, em certos aspectos. Longe de desprezar os impactos do divórcio no padrão de vida das famílias, ou a dificuldade de um integrante da classe trabalhadora dividir seu mínimo salário na hora de prestar Alimentos, o fato é que todos os homens e mulheres sentem-se igualmente miseráveis, quando sentem a dor do fracasso e do abandono.

Os sujeitos da pesquisa viveram situações idênticas àquelas experimentadas pelas pessoas que entrevisto, desde o ano de 1999, no Serviço Social das Varas de Família do Fórum Central do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, campo onde a pesquisa foi desenvolvida. Deste modo, poderia se pensar que os achados da pesquisa não trariam grandes surpresas, mas tão somente preencheriam algumas lacunas no trabalho que desempenho, como assistente social.

Afinal, uma assistente social que trabalha há nove anos com famílias em litígio não deveria aguardar muitas surpresas com os resultados de uma pesquisa sobre o trabalho que desenvolve. O trato cotidiano com o tema pesquisado confere ao praticante um conhecimento acurado das famílias que litigam na justiça: seu perfil, os impasses enfrentados, suas dificuldades, as demandas apresentadas.

Por mais que tenha experiência com famílias em processos litigiosos de separação ou ruptura, não é prudente, pela natureza complexa do tema, que o assistente social pesquisador se deixe seduzir pela ambição de esgotá-lo. Assim sendo, foi

necessário e árduo realizar um recorte, para abordar o assunto com rigor, sem o risco de, ao ampliá-lo, perder o foco.

Uma das questões que permeou a pesquisa foi a relação entre o traço corretivo que marcou a implantação da profissão, no Judiciário, e os novos desafios colocados aos assistentes sociais, na contemporaneidade. O Serviço Social acompanhou as transformações ocorridas na legislação, encarando o desafio de atender as novas demandas e de construir novas abordagens.

A pesquisa empírica, onde se resgatou a fala de sujeitos que litigaram na Justiça de Família, pela Guarda ou Visitação de seus filhos, revelou que a profissão construiu um percurso onde as diferenças são acolhidas. Para além da perspectiva normativa que o fundou, o serviço social é capaz de abordar a família no contexto das transformações mais amplas ocorridas em sua organização.

O exercício de se deslocar do lugar de assistente social “perita” para o lugar de pesquisadora foi tão árduo quanto instigante. Uma das características do trabalho do assistente social na justiça de família é o fato de o andamento dos processos raramente serem acompanhados pelo profissional de serviço social. Assim sendo, o assistente social deixa de apreender a real dimensão do impacto do seu trabalho no andamento dos processos e não costumam tomar conhecimento do desenrolar das histórias das famílias que atende.

No cotidiano da Justiça de Família, onde crescem os litígios e aumenta a demanda ao Serviço Social, tão logo um Laudo é concluído, e anexado aos Autos do processo, chegam outros processos, sempre em maior número, e de pronto o Assistente Social se volta para o atendimento de outras famílias, outras histórias, outros enredos.

Na presente pesquisa, todos os processos judiciais em que os sujeitos entrevistados estiveram envolvidos eram findos, o que significa haver sentença transitada em julgado. Este critério impôs um distanciamento de tempo entre a finalização do processo e a realização das entrevistas, de modo que apenas um dos

entrevistados, cujo processo fora arquivado no mês anterior, relatou uma experiência recente.

O tempo transcorrido entre a finalização do processo judicial e a realização das entrevistas com os sujeitos da pesquisa permitiu aos entrevistados falarem sobre o litígio sem a pesada carga afetiva que o envolveu. Assim, o que se percebeu, através dos relatos, guarda uma distância entre os relatos das pessoas que são entrevistadas para a realização de um Estudo Social.

Dos cinco entrevistados, quatro deles reconstruíram sua vida conjugal e as crianças, hoje com idades entre 6 e 18 anos, estão integradas ao lar recomposto, mantendo com seus padrastos e madrasta um padrão de relacionamento que varia entre o respeito mútuo e uma estreita relação de afeto recíproco.

Apenas uma entrevistada avaliou que seu filho, hoje um jovem de 18 anos, apresenta seqüelas emocionais, mas estas não são atribuídas ao litígio e sim ao motivo que a levou a ingressar na Justiça. Já o menino cujos pais litigaram mais fortemente é descrito pela mãe como um adolescente que mantém preservado o relacionamento com o genitor e tem no padrasto um importante referencial afetivo.

Todos os entrevistados reconheceram que a Justiça favoreceu a criança e que as sentenças judiciais provocaram efeitos na reconfiguração do conflito familiar. Os sujeitos da pesquisa admitiram o desgaste decorrente da batalha judicial, mas concluíram que não havia solução fora do litígio. A comunicação entre o par parental após a separação era permeada por conflitos, expondo-os a acordos pouco claros e instáveis e dificultando o exercício dos papéis parentais.

Nos depoimentos dos entrevistados, percebeu-se claramente que a justiça desempenhou o papel de autoridade, impondo limites àqueles que até então estavam em dificuldade de erigi-los em suas vidas familiares. O limite se configura como apaziguador até mesmo para aquele que apareceria como vítima do sistema judiciário. A lei permite a retomada de um diálogo interrompido de modo passional.

A propósito, segundo Thèry (2001), dentre todos os acontecimentos da vida íntima, o divórcio é o que cristaliza, em mais alto grau, o valor inerente à liberdade individual e a inquietude sobre o individualismo que pode resultar da adesão a este valor. Ao questionar a carga de valores morais atribuídas ao divórcio, a cientista social francesa afirma que a sociedade não sofre por causa do divórcio, mas sim da incapacidade de lhe atribuir um outro sentido que não o do fracasso dos valores.

O que a autora denuncia é o mito do bom divórcio, a valoração do litígio como algo quase vergonhoso, a ser evitado a custo de manter a imagem de sucesso pessoal. Seria o mesmo que colocar regras, como os antigos higienistas, nos modos das pessoas vivenciarem suas dores, seus fracassos e seus medos. Afinal, é preciso admitir que algumas vezes o Estado pode vir a ser o terceiro que permitirá a uma família encontrar formas mais racionais de encaminharem seus processos de ruptura.

Acredito que estes desafios estão à altura não somente dos juristas, ao acompanharem os avanços operados na legislação, que caminha a passos largos, mas interessa-me, sobretudo os avanços do serviço social. Os assistentes sociais se habilitam a exercer o papel de um terceiro, de um outro que pode trazer um olhar de fora, sem se ater aos limites da letra fria da lei. Mais importante que saber a melhor solução para resolver um conflito é mostrar interesse e determinação em resolvê-lo.

A presente pesquisa foi uma tentativa de explicitar que a habilidade histórica do assistente social trabalhar com famílias não está enclausurada no tempo. Ao contrário, a profissão mostra a sua força ao render homenagens ao papel de seus pioneiros e abrir espaços para as novas gerações.